

---

***CPFL Serviços,  
Equipamentos,  
Indústria e  
Comércio S.A.***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2024

*PricewaterhouseCoopers*  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5



Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5



## Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços" ou "Companhia"), submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.

### 1. Incorporação da CPFL Eficiência

Na data de 29 de dezembro de 2023, a CPFL Serviços celebrou, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da CPFL Eficiência Energética Ltda. consolidando as atividades e o patrimônio de ambas as sociedades, visando maior eficiência operacional, administrativa e financeira, com a racionalização e maximização de resultados, além de minimização dos custos. O valor do acervo incorporado foi de R\$ 158.616 mil.

### 2. Desempenho econômico-financeiro

**Receita Operacional:** a receita operacional bruta foi de R\$ 769 milhões em 2023, representando uma redução de 10,7 (R\$ 92 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 69 milhões em 2023, representando uma redução de 2,8% (R\$ 2 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 700 milhões em 2023, representando uma redução de 11,4% (R\$ 90 milhões).

**Geração Operacional de Caixa (EBITDA):** em 2023, o EBITDA foi de R\$ 68 milhões, representando uma redução de 0,7% (R\$ 466 mil)

**Lucro Líquido:** A Companhia apresentou o Lucro operacional de R\$ 12.723 comparando com o lucro de R\$ 7.269 do exercício anterior e R\$ R\$ 6.079 refere-se à incorporação da CPFL Eficiência.

**Destinação do lucro líquido do exercício:** Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 9.065 a título de reserva de reforço de capital de giro, R\$ 2.946 a título de dividendo mínimo obrigatório, R\$ 11.929 a título de dividendo adicional proposto e R\$ 940 para reserva legal.

### **3. Agradecimentos**

A Administração da CPFL Serviços agradece aos seus acionistas, colaboradores e à sociedade pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023.

***A Administração***

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**



**CPFL SERVIÇOS EQUIPAMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**  
**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
 (Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	121.830	23.937
Contas a receber	6	50.143	96.830
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.354	2.472
Outros tributos a compensar	7	13.839	8.614
Estoques	8	17.551	12.335
Arrendamentos	9	3.960	-
Outros ativos	11	16.715	8.047
<b>Total do circulante</b>		<b>225.393</b>	<b>152.235</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	17	6.181	5.244
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.012	983
Outros tributos a compensar	7	1.729	1.621
Créditos fiscais diferidos	10	18.496	19.310
Arrendamentos	9	9.550	-
Outros ativos	11	19.611	15.014
Investimentos	12	36.330	-
Imobilizado	13	297.867	214.122
Intangível	14	15.216	18.996
<b>Total do não circulante</b>		<b>405.992</b>	<b>275.291</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>631.385</b>	<b>427.526</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CPFL SERVIÇOS EQUIPAMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
 (Em milhares de Reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	56.499	62.735
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	1.027	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16	23.247	20.248
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	18	37.942	43.899
Dividendo e juros sobre capital próprio		3.575	25.630
Obrigações estimadas com pessoal		22.311	22.903
Outras contas a pagar	19	35.994	32.952
<b>Total do circulante</b>		<b>180.594</b>	<b>208.368</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	113	62
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	19.398	15.739
Outras contas a pagar	19	11.874	14.458
<b>Total do não circulante</b>		<b>31.385</b>	<b>30.258</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	20		
Capital social		259.663	150.929
Reserva legal		8.276	3.838
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		86.617	34.133
Adiantamento para futuro aumento de capital		59.000	-
Dividendo adicional proposto		5.851	-
		<b>419.406</b>	<b>188.900</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>631.385</b>	<b>427.526</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CPFL SERVIÇOS EQUIPAMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>21</b>	<b>699.550</b>	<b>789.594</b>
<b>Custo do serviço</b>			
<b>Custo com operação</b>	<b>22</b>	<b>(592.189)</b>	<b>(698.865)</b>
Amortização		(29.502)	(37.484)
Outros custos com operação		(562.687)	(661.381)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>107.361</b>	<b>90.730</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com vendas</b>	<b>22</b>	<b>(7.499)</b>	<b>(5.248)</b>
Amortização		(27)	(30)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		22	21
Outras despesas com vendas		(7.494)	(5.238)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>22</b>	<b>(82.526)</b>	<b>(62.118)</b>
Amortização		(13.634)	(5.812)
Outras despesas gerais e administrativas		(68.892)	(56.306)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>22</b>	<b>7.926</b>	<b>2.201</b>
Outras despesas operacionais		7.926	2.201
<b>Resultado do serviço</b>		<b>25.261</b>	<b>25.564</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>23</b>		
Receitas financeiras		5.314	1.781
Despesas financeiras		(10.267)	(13.728)
		<b>(4.953)</b>	<b>(11.946)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>10.3</b>	<b>20.308</b>	<b>13.618</b>
Contribuição social		(2.125)	(1.563)
Imposto de renda		(5.460)	(4.786)
		<b>(7.585)</b>	<b>(6.349)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>12.723</b>	<b>7.269</b>
<b>Lucro líquido básico por lote de mil ações</b>		<b>7,78</b>	<b>4,45</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CPFL SERVIÇOS EQUIPAMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>12.723</b>	<b>7.269</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>12.723</u></b>	<b><u>7.269</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CPFL SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.**  
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucro				Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>150.929</b>	<b>3.474</b>	<b>28.954</b>	-	-	-	<b>183.357</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	<b>7.269</b>	<b>7.269</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.269	7.269
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	<b>363</b>	<b>5.179</b>	-	-	<b>(5.543)</b>	-
Constituição da reserva legal	-	363	-	-	-	(363)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	5.179	-	-	(5.179)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	-	-	-	-	<b>(1.726)</b>	<b>(1.726)</b>
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(1.726)	(1.726)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>150.929</b>	<b>3.838</b>	<b>34.133</b>	-	-	-	<b>188.900</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	<b>12.723</b>	<b>12.723</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.723	12.723
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	<b>940</b>	<b>9.065</b>	-	-	<b>(10.005)</b>	-
Constituição da reserva legal	-	940	-	-	-	(940)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	9.065	-	-	(9.065)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	<b>108.734</b>	<b>3.498</b>	<b>43.418</b>	<b>5.851</b>	<b>59.000</b>	<b>(2.718)</b>	<b>217.783</b>
Incorporação do acervo (nota 1)	108.734	3.498	43.418	-	59.000	6.079	220.729
Dividendo adicional proposto	-	-	-	5.851	-	(5.851)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(2.946)	(2.946)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>259.663</b>	<b>8.276</b>	<b>86.617</b>	<b>5.851</b>	<b>59.000</b>	-	<b>419.406</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CPFL SERVIÇOS EQUIPAMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa  
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022**

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>20.308</b>	<b>13.618</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	43.157	43.327
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.288	6.143
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33)	(21)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	7.407	786
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	(2.201)
IR e CS diferidos	814	-
	<u>78.940</u>	<u>61.653</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	50.630	18.386
Tributos a compensar	3.887	(2.614)
Depósitos judiciais	(480)	129
Outros ativos operacionais	(18.726)	(27.057)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(12.874)	(238)
Outros tributos e contribuições sociais	(3.239)	6.130
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(5.519)	(3.970)
Outros passivos operacionais	(1.312)	28.383
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>91.307</b>	<b>80.802</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	-	(23)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.239)	(9.926)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>89.068</b>	<b>70.853</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aumento de capital por incorporação	72.951	-
Aquisições de imobilizado	(29.852)	(39.808)
Adições de Intangível	(9.374)	(5.915)
Venda de ativo não circulante	12.051	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>45.776</b>	<b>(45.723)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(269)	(958)
Liquidação de operações com derivativos	-	(588)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(25.630)	-
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(11.051)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(36.950)</b>	<b>(1.546)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>97.894</b>	<b>23.584</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.938</b>	<b>353</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>121.830</b>	<b>23.937</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CPFL SERVIÇOS EQUIPAMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
 (Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>1 - Receita</b>	<b>801.012</b>	<b>907.939</b>
1.1 Receita de prestação de serviços	768.679	860.745
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	32.311	47.174
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	21
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(307.746)</b>	<b>(400.847)</b>
2.1 Material	(168.926)	(189.521)
2.2 Serviços de terceiros	(135.012)	(200.748)
2.3 Outros	(3.809)	(10.577)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>493.265</b>	<b>507.092</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(43.164)</b>	<b>(43.327)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(43.164)	(43.327)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>450.101</b>	<b>463.766</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>5.573</b>	<b>1.868</b>
6.1 Receitas financeiras	5.573	1.868
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>455.674</b>	<b>465.634</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>296.480</b>	<b>304.081</b>
8.1.1 Remuneração direta	188.139	199.384
8.1.2 Benefícios	94.789	91.014
8.1.3 F.G.T.S	13.552	13.684
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>132.461</b>	<b>138.174</b>
8.2.1 Federais	100.835	106.775
8.2.2 Estaduais	7.473	6.302
8.2.3 Municipais	24.152	25.097
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>14.010</b>	<b>16.109</b>
8.3.1 Juros	10.196	13.687
8.3.2 Aluguéis	3.814	2.422
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>12.723</b>	<b>7.269</b>
8.4.1 Reserva legal	940	363
8.4.2 Dividendos (mínimo obrigatório)	2.946	1.726
8.4.3 Dividendos adicional proposto	5.851	-
8.4.4 Reserva de retenção de lucros para investimento	9.065	5.179
8.4.5 Lucros (prejuízos) acumulados	(6.079)	-
	<b>455.674</b>	<b>465.634</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços" ou "Companhia"), fundada em 1988, é uma companhia por ações de capital fechado e tem como atividade preponderante (i) a construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, além da fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos elétricos e hidráulicos em geral, (ii) a administração de obras prestação de serviços de engenharia, elaboração de projetos, implantação, operação e manutenção de infraestrutura para instalações comerciais e industriais, consultoria em geral no mercado de energia, gestão energética especializada em eficiência energética e qualidade de energia; (iii) locação e comercialização de bens necessário à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização; (iv) participação e operação em mercados de comercialização de energia elétrica; (v) estudo, desenvolvimento, realização e exploração de projetos de pesquisa e desenvolvimento e de programas relacionados à energia e (vi) participação no capital social de outras sociedades, em consórcio ou em outras formas de associação.

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. é uma companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Controladora").

A sede administrativa da Companhia está localizada na Avenida dos Braghetta, 364, CEP: 13720-000 – São José do Rio Pardo – São Paulo.

Na data de 29 de dezembro de 2023, a CPFL Serviços celebrou, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da CPFL Eficiência Energética Ltda., com isso, a CPFL Serviços ("Controladora") passou a deter 99,9% do capital social da GD S.A.

**1.1 - Reestruturações Societárias**

Na data de 29 de dezembro de 2023, a CPFL Serviços celebrou, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da CPFL Eficiência Energética Ltda. (também denominada "CPFL Eficiência", sendo ela empresa do mesmo grupo econômico e controlada direta da CPFL Energia), consolidando as atividades e o patrimônio de ambas as sociedades, visando maior eficiência operacional, administrativa e financeira, com a racionalização e maximização de resultados, além de minimização dos custos. Efetivada a incorporação, a CPFL Eficiência fora extinta e sucedida pela CPFL Serviços em todos os seus direitos, bens e obrigações. O valor do acervo incorporado foi de R\$ 158.616 mil.

O acervo líquido contábil da incorporada apurado na data base de 29 de dezembro de 2023, está demonstrado abaixo:

	Saldo Laudado	Movimentação	Saldo contábil		Saldo Laudado	Movimentação	Saldo contábil
	31/10/2023		29/12/2023		31/10/2023		29/12/2023
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7.613	64.951	72.564	Fornecedores	3.897	2.741	6.638
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.352	1.557	3.909	Empréstimos e financiamentos	450	(33)	417
Tributos compensáveis	6.876	918	7.794	Obrigações tributárias	721	13	734
Estoques	7.653	(1.420)	6.233	Dividendo e juros sobre capital próprio	629	-	629
Despesas pagas antecipadamente	160	(128)	32	Benefício pós emprego	3	0	3
Depósitos judiciais	74	1	75	Provisões para litígios	94	1	95
Créditos fiscais diferidos	2.018	(1.958)	60	Outros passivos	1.155	(129)	1.026
Investimentos	43.958	(7.628)	36.330	<b>Total do Passivo</b>	<b>6.950</b>	<b>2.592</b>	<b>9.542</b>
Imobilizado	78.004	7.210	85.214				
Intangível	1.243	(49)	1.194				
Outros ativos	15.615	1.251	16.866				
<b>Total do Ativo</b>	<b>165.566</b>	<b>64.705</b>	<b>230.271</b>	<b>Acervo Líquido Contábil</b>	<b>158.616</b>	<b>62.113</b>	<b>220.729</b>

Este acervo líquido contábil incorporado pela CPFL Serviços foi reconhecido contabilmente em 29 de dezembro de 2023 da seguinte forma:

	Saldo Laudo 31/10/2023	Movimentação	Saldo contábil 29/12/2023
Capital social	108.734	-	108.734
Reserva legal	3.498	-	3.498
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	43.418	-	43.418
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	59.000	59.000
Juros sobre o capital próprio	(940)	940	-
Lucros acumulados	3.906	2.173	6.079
	<u>158.616</u>	<u>62.113</u>	<u>220.729</u>

## (2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 27 de fevereiro de 2024.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Contas a receber (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Impostos, taxas e contribuições a recolher;
- Nota 17 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 21 – Receita operacional (principais premissas em relação a receita POC).
- Nota 27 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo).

## 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## 2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## (3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

### 3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

**Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.

**Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- o é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- o seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- o é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- o seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 27). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Avaliação do modelo de negócio:**

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos

e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, o Grupo mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio do Grupo não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 27.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### 3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

### 3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

### 3.5 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares.

Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada linearmente, a taxa anual de 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados.

### 3.6 Redução ao valor recuperável ( “*impairment*” )

#### - Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados

ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de contas a receber que está aderente descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), Exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas às contas a receber reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, são registradas no resultado do exercício.

#### **- Ativos não financeiros**

Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

### **3.7 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são

apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido na Assembleia Geral da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### **3.9 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida por meio do PoC (*Percentage of Completion*) método de cálculo que reconhece as receitas conforme a evolução da obra, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

### **3.10 Custos orçados das obras e projetos**

Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras e projetos, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia.

### **3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens

registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registra em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.12 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

### **3.13 Arrendamentos**

Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso

### **3.14 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A partir de 1º de janeiro de 2022, o Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 / IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3, sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27 / IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também

entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

### **3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

#### **(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1) / IAS 1)**

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

#### **(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).**

Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa.

Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

**(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

**- Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 26) e também contempla a taxa de crédito da parte devedora.

**(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldos bancários	617	466
Aplicações financeiras (*)	121.213	23.471
<b>Total</b>	<b><u>121.830</u></b>	<b><u>23.937</u></b>

(\*) Operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 121.213. Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,63% do CDI.

**(6) CONTAS A RECEBER**

	Saldos vincendos	Vencidos		31/12/2023	31/12/2022
		até 90 dias	> 90 dias		
<b>Circulante</b>					
Contas a receber	10.009	2.493	44	12.546	17.466
Contas a receber com partes relacionadas	36.218	920	504	37.641	79.416
	<u>46.226</u>	<u>3.414</u>	<u>548</u>	<u>50.187</u>	<u>96.882</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(44)	(52)
<b>Total</b>				<u>50.143</u>	<u>96.830</u>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b><u>(108)</u></b>
Provisão revertida (constituída) líquida	56
Recuperação de receita	(35)
Baixa de contas a receber provisionadas	35
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b><u>(52)</u></b>
Adição em função de incorporação de empresas	(25)
Provisão revertida (constituída) líquida	33
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b><u>(44)</u></b>

**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	306	692
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	852	1.762
Imposto de renda e contribuição social a compensar	195	18
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b><u>1.354</u></b>	<b><u>2.472</u></b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	888	1.703
ICMS a compensar	1.648	426
Programa de integração social - PIS	1.372	689
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.391	3.191
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.080	2.490
Outros	1.462	114
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b><u>13.839</u></b>	<b><u>8.614</u></b>
<b>Total circulante</b>	<b><u><u>15.193</u></u></b>	<b><u><u>11.086</u></u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	614	584
Imposto de renda a compensar - IRPJ	399	399
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b><u>1.012</u></b>	<b><u>983</u></b>
ICMS a compensar	13	13
Programa de integração social - PIS	306	286
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.410	1.322
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b><u>1.729</u></b>	<b><u>1.621</u></b>
<b>Total não circulante</b>	<b><u><u>2.741</u></u></b>	<b><u><u>2.604</u></u></b>

**Antecipações de Contribuição social – CSLL e Imposto de renda – IRPJ** – refere-se ao recolhimento a maior de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2023.

**Imposto de renda retido na fonte – IRRF** – refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

**ICMS a compensar** – Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos financeiros.

**(8) ESTOQUES**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Matéria-prima	10.604	5.443
Produtos acabados	7.465	6.551
Produtos semi acabados e serviços em andamento	19	19
Ordens em curso	(537)	323
<b>Total</b>	<b><u>17.551</u></b>	<b><u>12.335</u></b>

Matéria-prima: Refere-se a materiais necessários para industrialização e reforma de transformadores para revenda.

Produtos acabados: Refere-se a materiais e equipamentos reformados de manuseio em redes de Distribuição elétricas.

**(9) ARRENDAMENTOS**

Na data de 29 de dezembro de 2023, a CPFL Serviços celebrou a incorporação da CPFL Eficiência sucedendo-a, portanto, em todos os seus direitos, bens e obrigações. A Companhia realiza atividades de prestação de serviços e aluguel de equipamentos para autoprodução de energia, nas quais é arrendadora e os principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários.

A essência da operação é arrendar, para os clientes que necessitam de maior consumo de energia elétrica em horários de pico (quando a tarifa é mais alta), equipamentos de geração de energia (“autoprodução”) e, sobre estes equipamentos, prestar serviços de manutenção e operação.

A Companhia realiza o investimento de construção da planta de geração de energia nas instalações do cliente. A partir da entrada em operação dos equipamentos, o cliente passa a efetuar pagamentos fixos mensais e a receita passa a ser reconhecida durante o período do contrato de arrendamento com base na taxa efetiva do contrato.

Os investimentos realizados nestes projetos de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, sendo estes recebimentos tratados como amortização do investimento e as receitas operacionais reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a taxa do de juros efetiva implícita no arrendamento, pelo prazo dos respectivos contratos.

	<u>31/12/2023</u>
Investimento bruto	241.617
Receita financeira não realizada	(228.107)
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos a receber</b>	<b><u>13.510</u></b>
Circulante	3.960
Não circulante	9.550

Em 31 de dezembro de 2023 não há (i) valores residuais não garantidos que resultem em benefício do arrendador; (ii) provisão para pagamentos mínimos incobráveis do arrendamento a receber; e (iii) pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

**(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Bases negativas	813	1.619
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>4.385</u>	<u>3.797</u>
<b>Subtotal</b>	<b>5.198</b>	<b>5.416</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Prejuízos fiscais	1.146	3.348
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>12.152</u>	<u>10.546</u>
<b>Subtotal</b>	<b>13.298</b>	<b>13.894</b>
<b>Total</b>	<b><u>18.496</u></b>	<b><u>19.310</u></b>

**10.1 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis**

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.914	8.094	2.370	6.583
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	11	5	13
Provisão relacionada a pessoal (a)	1.088	3.023	1.235	3.431
Instrumentos financeiros	8	23	-	-
Outros	371	1.001	186	518
<b>Total</b>	<b><u>4.385</u></b>	<b><u>12.152</u></b>	<b><u>3.797</u></b>	<b><u>10.546</u></b>

(a) Refere-se a provisão de PLR de empregados.

**10.2 Expectativa do período de recuperação**

A expectativa do período recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente dedutíveis e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pela Diretoria, e sua composição é como segue:

2025	8.657
2026	1.087
2027	1.087
2028	1.087
2029 a 2031	3.320
2032 a 2034	<u>3.258</u>
<b>Total</b>	<b><u>18.496</u></b>

### 10.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	20.308	20.308	13.618	13.618
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.300	2.959	3.743	5.527
<b>Base de cálculo</b>	<b>23.608</b>	<b>23.266</b>	<b>17.361</b>	<b>19.145</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(2.125)</b>	<b>(5.817)</b>	<b>(1.563)</b>	<b>(4.786)</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	-	357	-	-
<b>Total</b>	<b>(2.125)</b>	<b>(5.460)</b>	<b>(1.563)</b>	<b>(4.786)</b>

### (11) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos - Vivest (a)	4.497	3.440	-	-
Adiantamento de fornecedores	127	-	-	-
Despesas antecipadas	3.905	1.002	1.786	-
Adiantamentos a funcionários	5.187	4.685	-	-
Faturas diversas (b)	3.560	(105)	-	-
Outros - ordens em curso (c)	(561)	(975)	-	-
Arrendamentos e aluguéis (d)	-	-	17.825	15.014
<b>Total</b>	<b>16.715</b>	<b>8.047</b>	<b>19.611</b>	<b>15.014</b>

(a) A Companhia mantém Planos de assistência médica para seus empregados. Atualmente este benefício vigora por meio da Vivest, plano este que periodicamente realiza-se antecipação de verba para suplementação.

(b) Refere-se à reembolsos a receber de clientes, devido a cancelamento de obras por parte do contratante.

(c) Refere-se a conta transitória para venda de ativos (veículos) aguardando baixa do imobilizado.

(d) Refere-se ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

### (12) INVESTIMENTOS

	31/12/2023
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial	
Pelo patrimônio líquido da controlada	36.330
<b>Total</b>	<b>36.330</b>

## 12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital %	31/12/2023			31/12/2023
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio
CPFL GD S.A. (*)	25.066.000	99,990	25.066	36.330	5.709	36.330
<b>Total Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada</b>						<b>36.330</b>

(\*) Quantidade refere-se a quota.

A movimentação do saldo de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2022	Incorporação	Saldo em 31/12/2023
CPFL GD S.A.	-	36.330	36.330
	-	<b>36.330</b>	<b>36.330</b>

## (13) IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>297</b>	<b>14.252</b>	<b>77.463</b>	<b>54.317</b>	<b>2.788</b>	<b>54.097</b>	<b>203.214</b>
Custo histórico	297	20.131	123.602	131.778	4.446	54.097	334.351
Depreciação acumulada	-	(5.879)	(46.139)	(77.461)	(1.657)	-	(131.137)
Adições	-	-	-	-	-	41.099	41.099
Baixas	-	-	(120)	(3.224)	-	(1.291)	(4.636)
Transferências	568	135	18.223	15.507	55	(34.489)	-
Depreciação	-	(607)	(12.821)	(14.585)	(246)	-	(28.260)
Baixa da depreciação	-	-	43	2.662	-	-	2.706
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>866</b>	<b>13.779</b>	<b>82.788</b>	<b>54.677</b>	<b>2.598</b>	<b>59.415</b>	<b>214.122</b>
Custo histórico	866	20.266	141.705	144.061	4.501	59.415	370.814
Depreciação acumulada	-	(6.487)	(58.917)	(89.384)	(1.903)	-	(156.692)
Adições	-	-	-	-	-	29.851	29.851
Baixas	-	-	(574)	(1.647)	-	-	(2.221)
Transferências	-	4.147	29.001	7.900	594	(41.642)	-
Depreciação	-	(690)	(14.100)	(15.397)	(271)	-	(30.458)
Baixa da depreciação	-	-	299	1.059	-	-	1.358
Incorporação - Custo	-	729	12.654	1.594	37	74.544	89.559
Incorporação - Depreciação	-	(127)	(3.517)	(692)	(9)	-	(4.345)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>866</b>	<b>17.838</b>	<b>106.552</b>	<b>47.493</b>	<b>2.950</b>	<b>122.169</b>	<b>297.867</b>
Custo histórico	866	25.142	182.787	151.908	5.133	122.169	488.004
Depreciação acumulada	-	(7.304)	(76.235)	(104.414)	(2.183)	-	(190.137)
<b>Taxa média de depreciação 2022</b>	-	<b>3,34%</b>	<b>10,22%</b>	<b>14,29%</b>	<b>6,25%</b>	-	-
<b>Taxa média de depreciação 2023</b>	-	<b>3,33%</b>	<b>10,61%</b>	<b>14,09%</b>	<b>6,26%</b>	-	-

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de "Depreciação e amortização".

**13.1 - Teste de redução ao valor recuperável dos ativos**

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

**(14) INTANGÍVEL**

	<b>Ativos intangíveis</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>18.454</b>
Custo histórico	27.428
Amortização acumulada	(8.974)
Adições	(5.154)
Amortização	5.915
Baixa	(219)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>18.996</b>
Custo histórico	33.124
Amortização acumulada	(14.128)
Adições	4.056
Amortização	(3.160)
Baixa e transferência - outros ativos	(5.870)
Incorporação - Custo	2.758
Incorporação - Amortização	(1.564)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>15.216</b>
Custo histórico	34.069
Amortização acumulada	(18.852)

Ativos intangíveis - O saldo é composto basicamente por softwares adquiridos pela Companhia com vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano.

**14.1 – Teste de redução ao valor recuperável**

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, rentabilidade de suas operações, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

**(15) FORNECEDORES**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>		
Fornecedor Partes relacionadas	4.334	15.520
Materiais e serviços	52.165	47.215
<b>Total</b>	<b>56.499</b>	<b>62.735</b>

**(16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	746	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	281	-
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>1.027</b>	<b>-</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	328	166
Programa de integração social - PIS	2.474	1.880
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	11.413	8.669
Outros	9.032	9.533
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>23.247</b>	<b>20.248</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>24.274</b>	<b>20.248</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	113	62
<b>Total Não circulante</b>	<b>113</b>	<b>62</b>

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na Nota 17 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

**(17) PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
<b>Trabalhistas</b>	19.298	3.986	15.655	3.173
<b>Cíveis</b>	12	21	3	12
<b>Fiscais</b>	88	2.172	81	2.056
<b>Outros</b>	-	2	-	3
<b>Total</b>	<b>19.398</b>	<b>6.181</b>	<b>15.739</b>	<b>5.244</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo Incorporação	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	15.655	7.684	(681)	(5.238)	1.787	91	19.298
Cíveis	3	285	(1)	(280)	1	4	12
Fiscais	81	-	-	-	7	-	88
<b>Total</b>	<b>15.739</b>	<b>7.969</b>	<b>(682)</b>	<b>(5.518)</b>	<b>1.795</b>	<b>95</b>	<b>19.398</b>
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>5.244</b>	<b>1.410</b>	<b>(484)</b>	<b>(445)</b>	<b>381</b>	<b>75</b>	<b>6.181</b>

  

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo Incorporação	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	12.435	7.127	(1.690)	(3.893)	1.675	-	15.655
Cíveis	38	52	(11)	(77)	1	-	3
Fiscais	5.672	312	-	-	(5.904)	-	81
<b>Total</b>	<b>18.146</b>	<b>7.491</b>	<b>(1.701)</b>	<b>(3.970)</b>	<b>(4.227)</b>	<b>-</b>	<b>15.739</b>
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>5.041</b>	<b>1.344</b>	<b>(546)</b>	<b>(928)</b>	<b>333</b>	<b>-</b>	<b>5.244</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais é como segue:

- a. Trabalhistas - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

#### Perdas possíveis:

A companhia tem outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para eles, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estavam assim representadas:

	31/12/2023	31/12/2022	
Trabalhistas	144.521	103.463	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras danos pessoais e majoração tarifária
Cíveis	3.979	3.277	
Fiscais	6.153	5.456	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Fiscais - outros	20.031	16.312	
<b>Total</b>	<b>174.685</b>	<b>128.508</b>	

No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal decidiu pela aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões. O Grupo permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

**(18) MÚTUO COM COLIGADAS, CONTROLADAS E CONTROLADORA**

Em 2020 a CPFL Serviços recebeu mútuo de sua controladora CPFL Energia no montante de R\$ 40.206 com previsão de liquidação até 20/12/2024 sobre a taxa de 105,75% CDI ao ano.

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Saldo em 31/12/2023
<b>Mensuradas ao custo</b>				
<b>Moeda nacional</b>				
CDI - 105,75%	43.899	(11.051)	5.094	37.942
<b>Total ao custo</b>	<b>43.899</b>	<b>(11.051)</b>	<b>5.094</b>	<b>37.942</b>
<b>Total</b>	<b>43.899</b>	<b>(11.051)</b>	<b>5.094</b>	<b>37.942</b>

**(19) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos diversos	1.346	1.313	-	-
Adiantamentos	2.695	1.886	788	2.214
Folha de pagamento	4.240	3.695	-	-
Participação nos lucros	12.776	15.164	2.228	1.959
Outros	14.937	10.894	8.858	10.285
<b>Total</b>	<b>35.994</b>	<b>32.952</b>	<b>11.874</b>	<b>14.458</b>

**(20) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 1.634.743.834, ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal (1.634.743.834 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal.

**20.1 – Capital Social**

Em decorrência da incorporação descrita na nota 1, na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 29/12/2023 foi aprovado um aumento de capital de R\$ 108.734 (cento e oito milhões, setecentos e trinta e quatro mil reais) relativo a acervo líquido da incorporada, sem emissão de novas ações, passando o capital social de 150.929 (cento e cinquenta milhões, novecentos e vinte e nove mil reais) para 259.663 (duzentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e três mil reais) totalmente integralizado em moeda nacional.

**20.2 - Reserva de lucros**

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 153.893 que compreende: i) adiantamento para futuro aumento de capital R\$ 59.000; ii) Reserva Legal de R\$ 8.276 e iii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 86.617.

**20.3 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”)**

Na AGO de 21 de Novembro de 2023, foi aprovado a realização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) no montante de R\$ 59.000,00, pela empresa incorporada CPFL Eficiência Energética Ltda.

**20.4 – Destinação do lucro líquido do exercício**

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>12.723</b>
Incorporação - Eficiência Energética LTDA	6.079
<b>Lucro Líquido base para destinação</b>	<b>18.802</b>
Reserva Legal	(940)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(9.065)
Dividendo mínimo obrigatório	(2.946)
Dividendo adicional proposto	(5.851)

**20.5 – Lucro por ação – básico**

O cálculo do resultado por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	12.723	7.269
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.634.743.834	1.634.743.834
<b>Lucro líquido básico por lote de mil ações</b>	<b>7,78</b>	<b>4,45</b>

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

**(21) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Receita de prestação de serviço</b>		
Prestação de Serviços Operação e Manutenção	702.076	732.086
Outras receitas operacionais	66.603	128.659
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>768.679</b>	<b>860.745</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
ICMS	(4.894)	(4.496)
PIS	(7.253)	(7.535)
COFINS	(33.429)	(34.515)
ISS	(23.553)	(24.603)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>699.550</b>	<b>789.594</b>

**(22) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Custo com operação		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
	2023	2022	2023	2022	Gerais e administrativas		Outros		2023	2022
					2023	2022	2023	2022		
Pessoal	317.734	335.772	7.071	4.957	23.178	21.460	-	-	347.983	362.189
Material	141.322	151.341	39	50	1.072	1.096	-	-	142.433	152.487
Serviços de terceiros	96.351	166.964	334	212	33.243	23.577	-	-	129.928	190.754
Depreciação e amortização	29.502	37.484	27	30	13.634	5.812	-	-	43.163	43.326
Outros	7.280	7.304	28	(1)	11.399	10.172	(7.926)	(2.201)	10.781	15.274
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(22)	(21)	-	-	-	-	(22)	(21)
Taxa de arrecadação	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Arrendamentos e aluguéis	3.814	2.362	-	-	-	60	-	-	3.814	2.422
Publicidade e propaganda	(17)	-	-	-	2.377	1.649	-	-	2.360	1.649
Legais, judiciais e indenizações	(1)	-	-	-	6.433	6.692	-	-	6.432	6.692
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	(7.926)	(2.201)	(7.926)	(2.201)
Outros	3.484	4.941	49	19	2.589	1.771	-	-	6.122	6.731
<b>Total</b>	<b>592.189</b>	<b>698.865</b>	<b>7.499</b>	<b>5.248</b>	<b>82.526</b>	<b>62.118</b>	<b>(7.926)</b>	<b>(2.201)</b>	<b>674.288</b>	<b>764.030</b>

**(23) RESULTADO FINANCEIRO**

	2023	2022
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	4.381	1.183
Acréscimos e multas moratórias	159	147
Atualização de créditos fiscais	651	142
Atualização de depósitos judiciais	381	333
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(259)	(87)
Outros	1	63
<b>Total</b>	<b>5.314</b>	<b>1.781</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(5.994)	(5.171)
Atualizações monetárias e cambiais	(2.701)	(2.660)
Outros	(1.572)	(5.897)
<b>Total</b>	<b>(10.267)</b>	<b>(13.728)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(4.953)</b>	<b>(11.946)</b>

**(24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2023, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- **State Grid Brazil Power Participações S.A.**

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- **ESC Energia S.A.**

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Adiantamentos** – Referem-se à adiantamentos para investimentos.
- Dividendos/Juros sobre o capital próprio** – Refere-se juros sobre o capital próprio a pagar com a controladora CPFL Energia.
- Contrato de mútuo** – Refere-se à contratos realizados com a controladora CPFL Energia.

**d) Materiais e prestação de serviços** - Referem-se à contratação de serviços como construção e manutenção e venda de materiais.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido no – CPC 05 (R1), foi de R\$ 3.184 (R\$ 4.185 em 2023).

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
<b>AFAC</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	59.000	-	-	-	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	629	25.630	-	-	-	-
<b>Contratos de Mútuos</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	37.942	43.899	-	-	5.993	5.149
<b>Materiais, prestação de serviços e outros</b>								
Entidades sob o controle comum da CPFL Energia	65.991	78.757	4.607	15.498	642.164	731.338	16.413	20.513

## (25) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2023</u>
Riscos nomeados	550.527
Transporte nacional	109.634
Geral e riscos ambientais	80.000
Vidas em grupo e acidentes pessoais	304.370
Seguro Garantia	18.487
Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
	<u>1.213.018</u>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

## (26) GESTÃO DE RISCOS

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada agente.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao (s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho da Administração, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos é responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e mútuo. A Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 27.

**Risco de crédito:** O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Contas a receber.

#### Contas a receber e ativos de contratos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

#### Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o fair *value adjustment*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos.

**(27) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2023		31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2 (***)	121.830	121.830	23.937	23.937
<b>Total</b>				<b>121.830</b>	<b>121.830</b>	<b>23.937</b>	<b>23.937</b>
<b>Passivo</b>							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos		(b)	Nível 2 (***)	-	-	269	269
Mutuo com coligadas, controladas e controladora	18	(b)	Nível 2 (***)	37.942	37.942	43.899	43.899
<b>Total</b>				<b>37.942</b>	<b>37.942</b>	<b>44.167</b>	<b>44.167</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

**Legenda****Categoria / Mensuração:**

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são:

- Ativos financeiros: (i) contas a receber;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) credores diversos.

**a) Valorização dos instrumentos financeiros**

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

**b) Instrumentos derivativos**

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos, são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 31). A Administração não identificou para o período de 2023 e exercício de 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 14 e 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo

amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI e TJLP).

### d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	Total
Fornecedores	15	50.467	6.032	56.499
Outros	19	1.346	-	1.346
<b>Total</b>		<b>51.813</b>	<b>6.032</b>	<b>57.845</b>

## **(28) COMPROMISSOS**

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	até 15 anos	189.041	90.531	31.782	1.701	313.054
<b>Total</b>		<b>189.041</b>	<b>90.531</b>	<b>31.782</b>	<b>1.701</b>	<b>313.054</b>

---

**DIRETORIA**

---

**EDUARDO DOS SANTOS SOARES**  
Diretor Presidente

**FU LI**  
Diretor

**YUEHUI PAN**  
Diretor

**FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor

---

**CONTABILIDADE**

---

**RICARDO FERNANDO FERREIRA**  
Gerente de Serviços Financeiros  
CRC 1SP 321353/O-4

**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: EBECEB82B8C94F3798005E5840239A7D

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: S001CPFLSERVEQUIPAINDCOMERC23.DEZ.pdf, DFs 2023 CPFL Serviços\_VF.docx

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 40

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Jair Junior

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

jair.junior@pwc.com

Endereço IP: 18.231.224.38

**Rastreamento de registros**

Status: Original

Portador: Jair Junior

Local: DocuSign

21 de março de 2024 | 10:30

jair.junior@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

21 de março de 2024 | 16:28

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

**Eventos do signatário**

Adriano Formosinho Correia

adriano.correia@pwc.com

Sócio

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

**Detalhes do provedor de assinatura:**

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 25 de fevereiro de 2022 | 21:45

ID: 4a676164-8029-488e-ba04-8e55a616033c

Nome da empresa: PwC

**Assinatura**

DocuSigned by:

Adriano Formosinho Correia

99D108451FA5438...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 201.56.164.188

**Registro de hora e data**

Enviado: 21 de março de 2024 | 10:41

Visualizado: 21 de março de 2024 | 16:27

Assinado: 21 de março de 2024 | 16:28

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Jair Junior jair.junior@pwc.com Manager	<b>Copiado</b>	Enviado: 21 de março de 2024   16:28 Visualizado: 21 de março de 2024   16:28 Assinado: 21 de março de 2024   16:28
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		
<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através do DocuSign		
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

<b>Eventos do tabelião</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
----------------------------	-------------------	--------------------------------

<b>Eventos de resumo do envelope</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	21 de março de 2024   10:41
Envelope atualizado	Segurança verificada	21 de março de 2024   15:53
Entrega certificada	Segurança verificada	21 de março de 2024   16:27
Assinatura concluída	Segurança verificada	21 de março de 2024   16:28
Concluído	Segurança verificada	21 de março de 2024   16:28

<b>Eventos de pagamento</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
-----------------------------	---------------	-----------------------------

<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico</b>
---

## **CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA**

### **Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura**

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

### **Obtenção de cópias impressas**

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

### **Revogação de seu consentimento**

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

### **Consequências da revogação de consentimento**

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

## **Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente**

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

### **Como contatar a PwC:**

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com)

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com)

### **Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:**

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

### **Para solicitar cópias impressas a PwC:**

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

### **Para revogar o seu consentimento perante a PwC:**

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

**Hardware e software necessários\*\*:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

\*\* Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

**Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:**

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

### **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

#### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

#### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

#### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

### **How to contact PwC:**

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com)

### **To advise PwC of your new email address**

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

### **To request paper copies from PwC**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

## **To withdraw your consent with PwC**

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

## **Required hardware and software**

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

## **Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.